

Processo: 1.0000.24.329319-8/001
Relator: Des.(a) Pedro Bernardes de Oliveira
Relator do Acórdão: Des.(a) Pedro Bernardes de Oliveira
Data do Julgamento: 21/01/2025
Data da Publicação: 24/01/2025

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, MORAIS E ESTÉTICOS - COMPANHIA AÉREA - FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - AUSÊNCIA DE FORNECIMENTO DE CADEIRA DE RODAS - CONSUMIDORA IDOSA - QUEDA NA ESCADA ROLANTE - DANOS MORAIS - QUANTUM INDENIZATÓRIO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - CONDENAÇÃO - CRITÉRIOS.

- A fixação do valor devido a título de indenização por danos morais deve se dar com prudente arbítrio, para que não haja enriquecimento à custa do empobrecimento alheio, mas também para que o valor não seja irrisório.

- Os honorários de sucumbência, em havendo condenação ao pagamento de indenização por danos materiais e morais, devem ser fixados segundo os parâmetros previstos nos §2º do art. 85 do CPC.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0000.24.329319-8/001 - COMARCA DE BELO HORIZONTE - APELANTE(S): JULIETA ARMOND MORAIS - APELADO(A)(S): AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.

A C Ó R D ã O

Vistos etc., acorda, em Turma, a 9ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, em DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

DES. PEDRO BERNARDES DE OLIVEIRA
RELATOR

DES. PEDRO BERNARDES DE OLIVEIRA (RELATOR)

V O T O

Trata-se de ação ordinária de indenização por danos materiais, morais e estéticos proposta por JULIETA ARMOND MORAIS em face de AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A, em que a MM [Juíza da 29ª Vara Cível da comarca de Belo Horizonte julgou parcialmente procedentes os pedidos iniciais, com resolução de mérito, nos termos do art 487, inciso I, do Código de Processo Civil (doc. 101).

Parcialmente inconformada com a sentença, a autora interpôs o presente recurso de apelação (doc. 104) pretendendo a majoração da indenização fixada a título de danos morais. Para tanto, disse ser pessoa idosa, com dificuldades de deambulação. Alegou que uma de suas filhas comprou passagem aérea internacional para que ela pudesse comparecer e participar das festividades da formatura do seu neto mais velho, que mora nos Estados Unidos. Argumentou que, além do constrangimento, humilhação e lesões físicas decorrentes do acidente, passou por duas cirurgias em consequência das lesões, tendo seu quadro de incapacidade física piorado, o que a impossibilitou de continuar seu trabalho, passando a depender exclusivamente da previdência social e do SUS. Destacou que sofreu enorme e irreparável abalo moral, entrando em um quadro depressivo, uma vez que nutria o sonho em participar da formatura do neto, com o qual possui uma afinidade profunda. Ponderou que a condenação fixada pelo juízo a quo é irrisória, principalmente diante do poderio econômico da apelada, não sendo suficiente para compensar o abalo

moral sofrido. A apelante ainda defendeu a necessidade de majoração dos honorários de sucumbência devidos aos seus advogados.

Teceu outras considerações, citou jurisprudência e doutrina e, ao final, pediu fosse dado provimento ao presente recurso para que a indenização seja majorada para a quantia equivalente a 50 (cinquenta) salários mínimos.

Sem preparo, por terem sido concedidos à apelante os benefícios da justiça gratuita (doc. 30).

Contrarrazões em resistência às pretensões recursais (doc. 111).

Esse o relatório.

CONHEÇO do recurso, pois presentes os pressupostos de admissibilidade.

Inexistentes questões preliminares, vou ao exame do mérito.

MÉRITO.

A autora ajuizou ação de indenização por danos materiais, morais e estéticos em face de Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A, na qual alegou ser pessoa idosa, portadora de parcial incapacidade física. Narrou que uma de suas filhas comprou para ela passagens aéreas internacionais de Belo Horizonte/MG com destino a Orlando/EUA, a fim de que ela participasse das festividades de formatura do seu primeiro neto, pelo qual nutre grande estima e com o qual possui uma afinidade "de almas". Disse que a saída estava programada para o dia 23/05/2018, na parte da manhã, chegando em Orlando no início da noite do mesmo dia.

Contudo, sob a alegação de falha na prestação dos serviços por parte da apelada, que não disponibilizou a cadeira de rodas solicitada no ato da compra das passagens aéreas, ela viu-se impelida a entrar na sala de embarque sozinha, mesmo com sua dificuldade de deambulação, caindo na escada rolante e sofrendo fraturas.

Em decorrência, perdeu o voo e viu-se privada de participar da formatura do neto, evento pelo qual tanto ansiava e havia se preparado, conforme narrado na petição inicial. Disse que o fato, além de lhe ter causado constrangimento e humilhação, ocasionou-lhe o agravamento de suas condições físicas, o que a impossibilitou de continuar a fazer e vender quitandas, passando a depender exclusivamente da previdência social e do SUS. Para mais, disse que se tornou depressiva, perdendo o viço pela vida.

A MMª Juíza de primeiro grau julgou parcialmente procedentes os pedidos iniciais, condenando a empresa aérea ao pagamento da quantia de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a título de danos morais.

Parcialmente inconformada, a autora interpôs o presente recurso de apelação.

Conforme narrado, não se discute mais a responsabilidade de a apelada indenizar moralmente a apelante pelos fatos narrados na inicial, sendo devolvida a esta instância recursal tão somente a questão relativa ao quantum indenizatório.

Quantum.

É certo que o problema da quantificação do valor econômico a ser reposto ao ofendido tem motivado intermináveis polêmicas e debates, até agora não havendo pacificação a respeito.

Tratando da questão da fixação do valor, leciona Caio Mário da Silva Pereira, in "Instituições de Direito Civil", volume II, Editora Forense, Rio de Janeiro, 16ª edição, 1998, página 242, que dois são os aspectos a serem observados: "a) De um lado, a idéia de punição ao infrator, que não pode ofender em vão a esfera jurídica alheia...; b) De outro lado proporcionar a vítima uma compensação pelo dano suportado, pondo-lhe o ofensor nas mãos uma soma que não é pretium doloris, porém uma ensanchar de reparação da afronta (...)."

De qualquer forma, doutrina e jurisprudência são pacíficas no sentido de que a fixação deve se dar com prudente arbítrio, para que não haja enriquecimento à custa do empobrecimento alheio, mas também para que o valor não seja irrisório.

O valor da indenização pelos danos morais deve ser capaz de reparar a dor sofrida pelo ofendido, de compensá-lo pelo sofrimento suportado em razão da conduta inadequada do agressor. Como dispunha o artigo 948, do Código Civil de 1916, cuja essência ainda se aplica atualmente, nas indenizações por fato ilícito prevalecerá o valor mais favorável ao lesado, ou seja, o valor adequado da indenização será aquele capaz de reduzir, na medida do possível, o impacto suportado pelo ofendido em razão da conduta gravosa de outrem, objetivo este que não será alcançado se a indenização for fixada em valores módicos.

Américo Luís Martins da Silva, in "O Dano Moral e a Sua Reparação Civil", Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 3ª edição, 2005, página 63, citando Maria Helena Diniz, afirma que para a autora, a função compensatória da indenização por danos morais constitui uma satisfação que atenua a ofensa causada, proporcionando uma vantagem ao ofendido, que poderá, com a soma de dinheiro recebida, procurar atender às satisfações materiais ou ideais que repute convenientes, diminuindo assim, em parte, seu

sofrimento.

As decisões abaixo retratam a natureza compensatória da indenização por danos morais:

"EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS - VÍCIO DE DIALETICIDADE - NÃO CONHECIMENTO DO PRIMEIRO RECURSO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO NACIONAL - INCIDÊNCIA DO CDC - ÔNUS DO FORNECEDOR DE COMPROVAR A INEXISTÊNCIA DE FALHA DO SERVIÇO - REMARCAÇÃO DAS PASSAGENS - SOLICITAÇÃO FEITA JUNTO AO SITE DE VENDAS PARCEIRO - VALOR PAGO DIRETAMENTE À COMPANHIA AÉREA PARA A ALTERAÇÃO - FALHA DE COMUNICAÇÃO ENTRE OS PARCEIROS COMERCIAIS - NOVA RESERVA NÃO EFETIVADA - EMBARQUE NEGADO - AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOBRE O CANCELAMENTO DA SOLICITAÇÃO AO CONSUMIDOR - DANOS MORAIS - CONSTATAÇÃO COM BASE NAS PECULIARIDADES DO CASO - PATAMAR REPARATÓRIO - RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - JUROS DE MORA - RELAÇÃO CONTRATUAL - TERMO INAUGURAL - DATA DA CITAÇÃO. (...). - Identificada a falha na prestação dos serviços pela empresa aérea que não comunicou ao consumidor o cancelamento da solicitação de alteração da reserva, somado ao fato de que o passageiro, idoso, não conseguiu embarcar, sendo obrigado a adquirir novos bilhetes e aguardar por mais de 12 horas, no período da madrugada, sem qualquer assistência, é de se concluir pela responsabilidade da empresa aérea de ressarcir ao consumidor os danos morais suportados. - A indenização deve ser fixada em patamar que corresponda ao dano, considerando as peculiaridades do caso concreto, segundo os critérios da proporcionalidade e razoabilidade. (...)." (TJMG - Apelação Cível 1.0000.23.124666-1/001, Relator(a): Des.(a) Fernando Lins, 20ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 03/04/2024, publicação da súmula em 03/04/2024)

Assim, o quantum indenizatório não pode ser irrisório, tendo em vista a necessidade de se compensar a vítima pela conduta injusta, ilícita, do ofensor. De fato, em se tratando de danos morais, nunca se chegará a um valor que equivalha de forma certa ao sofrimento suportado pela vítima, todavia deve-se arbitrar quantia que, no máximo possível, possa de alguma forma atenuar a dor, compensando todo o desgaste advindo do fato ilícito.

No caso, a autora sofreu danos decorrentes da falha na prestação dos serviços de transporte aéreo, conforme já narrado.

As circunstâncias do presente caso devem ser cuidadosamente analisadas. A apelada não nega que a apelante adentrou sem qualquer assistência na sala de embarques, seja pelo fornecimento de cadeira de rodas, seja por um atendente para auxiliá-la até o embarque na aeronave. Em razão disso e das condições físicas da apelante, ela sofreu uma queda que ocasionou uma fratura no membro superior e agravou sua condição física, conforme o laudo médico apresentado, tendo que passar por duas cirurgias. A apelante também viu-se frustrada por não conseguir estar presente na formatura do neto, tendo desencadeado um quadro depressivo.

Assim, sopesadas as circunstâncias do caso, considero adequado o valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais) como indenização pelos danos morais decorrentes dos fatos ocorridos.

Honorários de sucumbência

Os honorários de sucumbência em favor dos advogados da apelante foram arbitrados em 10% do valor da condenação, pretendendo a apelante a sua majoração.

Os parâmetros para a fixação de honorários de sucumbência estão previstos no §2º do art. 85 do CPC, ora reproduzido:

"§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

- I - o grau de zelo do profissional;
- II - o lugar de prestação do serviço;
- III - a natureza e a importância da causa;
- IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço."

No caso, a ré foi condenada ao pagamento de honorários fixados no mínimo legal, o que me parece um pouco aquém do adequado ao caso, mesmo considerando a majoração do valor da indenização. Entendo razoável elevar o percentual para 15%, em desfavor da apelada.

DISPOSITIVO



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Com estas razões, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso majorando a indenização fixada a título de danos morais para R\$20.000,00 (vinte mil reais) e majorando o percentual dos honorários em favor do procurador da apelante para 15% do valor da condenação.

Custas recursais, em 50% (cinquenta por cento) para cada parte, suspensa a exigibilidade em relação à apelante por litigar sob o palio da justiça gratuita.

É como voto.

DES. LUIZ ARTUR HILÁRIO - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. AMORIM SIQUEIRA - De acordo com o(a) Relator(a).

SÚMULA: "DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO"